



Disponibilizado no D.E.: 28/07/2026
Prazo do edital: 20/08/2026
Prazo de citação/intimação: 14/09/2026

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1742 - www.jfpr.jus.br -
Email: prctb02@jfpr.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5054966-29.2017.4.04.7000/PR

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

EXECUTADO: DANIEL RODRIGUES MACHADO

EXECUTADO: DANIELE BRANDALIZE MACHADO

EDITAL Nº 700020940172

EDITAL DE LEILÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS

O JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que será(ão) leiloado(s), integralmente na modalidade eletrônica (com observância do disposto na Resolução 236, de 13/07/2016, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ: "art. 21. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.", o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos supracitados, na forma seguinte:

1º LEILÃO: dia 24 de setembro de 2026 às 10:00 horas.

2º LEILÃO: dia 07 de outubro de 2026 às 10:00 horas.

Leiloeiro: ELTON LUIZ SIMON, inscrito na JUCEPAR sob nº 09/023-L. Telefone (46) 3225-2268.

Local do leilão: O leiloeiro está autorizado a receber lances em seu endereço eletrônico <https://www.simonleiloes.com.br>.

Descrição do(s) bem(ns): Marca/Modelo: IMP/M.BENZ, Renavam: 0043.543010-6, Chassi: WDB1290661F056908, Placa: CHA-1800, Município: CURITIBA/PR, Ano de fabricação/modelo: 1992/1992, Combustível: GASOLINA, Cor: CINZA, Mercedes Bens, SL 500, esportivo de luxo, com motor V8 de 5.0 litros. Veículo 4 lugares. Apesar da bateria do veículo estar com carga, ao virar a chave, o mesmo não funcionou. Segundo informações do requerido, o motor e o câmbio estão em funcionamento, mas que a está com problemas de ignição e a chave não está acionando o motor de arranque. Dotado de teto rígido removível e capota de lona elétrica, que não foi possível verificar o seu funcionamento. O veículo encontra-se envelopado. O para-brisa e o vidro vigia estão trincados. Há um amassado na porta do motorista. Para-choque dianteiro e traseiro encontram-se raspados, sendo que o dianteiro está quebrado na parte inferior. O envelopamento e lataria encontram-se raspados na



Disponibilizado no D.E.: 28/07/2026
Prazo do edital: 20/08/2026
Prazo de citação/intimação: 14/09/2026

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Curitiba

roda dianteira e traseira do lado do passageiro, assim como na mesma lateral, (parte debaixo) e no espelho do mesmo lado. Para-choque dianteiro e traseiro raspados, sendo que o dianteiro está quebrado na parte inferior. Banco de couro do motorista com desgaste (rasgado). Laterais de porta com o acabamento que contém os botões de controles elétricos de regulagem dos bancos estão desencaixadas. Os vidros elétricos estão em funcionamento. A parte elétrica do bando do motorista não funciona. O farol dianteiro, lado do passageiro está trincado. Porta malas sem funcionamento de suporte de sustentação da tampa. Uma das mangueiras existentes na parte do funcionamento do motor está rasgada, aparentemente sendo uma mangueira de filtro de ar. Na parte do motor, lado direito do veículo, alguns acabamentos plásticos estão soltos/desencaixados. Pneus ruins.

Valor da avaliação: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) em 31/10/2025. (evento 119)

Depositário: DANIEL RODRIGUES MACHADO. (evento 119)

Localização do(s) bem(ns): Rua Joana Percegonia Zem, 3700, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR.

Ônus/Restrições: BLOQUEIOS RENAJUD: JUDICIAL 981.3.3334900-1; JUDICIAL 981.3.3121735-3; JUDICIAL 981.3.2747962-9; JUDICIAL 981.3.1174016-5; JUDICIAL 981.3.1063320-9; JUDICIAL 981.3.0889903-0; JUDICIAL 981.3.0705361-7; JUDICIAL 981.3.0682416-4; JUDICIAL 981.3.0571854-9; ALERTA 984.3.0895145-6.

Valor do débito: R\$ 302.884,54, atualizado até 23/05/2023. (evento 90)

Condições de pagamento: **1º leilão:** pagamento à vista pelo preço mínimo de 100% da avaliação; **2º leilão:** pagamento à vista pelo preço mínimo de 50% da avaliação.

Débitos anteriores à arrematação: a arrematação é modo de aquisição originária e, portanto, as dívidas relativas ao período anterior à arrematação do(s) veículo(s) penhorado(s) neste feito, a ser(em) apregoado(s) em hasta pública, referentes a IPVA, taxas de licenciamento, DPVAT e multas eventualmente pendentes, sub-rogam-se no preço, observada a ordem de preferência (art. 908, § 1º, CPC), não sendo exigíveis do arrematante.

Ônus do arrematante: **(1)** custas de arrematação no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da arrematação, sendo o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de R\$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos), conforme Tabela III da Lei nº 9.289/96 (Lei de Custas); **(2)** comissão do leiloeiro arbitrada no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O pagamento da comissão deverá ser realizado diretamente ao leiloeiro, à vista, logo após a homologação da proposta vencedora. Os depósitos deverão ser efetuados até 1 (um) dia após



Disponibilizado no D.E.: 28/07/2026
Prazo do edital: 20/08/2026
Prazo de citação/intimação: 14/09/2026

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Curitiba

a arrematação e o leiloeiro deverá prestar contas nos 2 (dois) dias subsequentes aos depósitos, tudo conforme art. 884, IV e V, CPC. Em caso de invalidação da venda por qualquer motivo, o valor da comissão será integralmente restituído pelo leiloeiro ao arrematante, em até 15 dias de sua intimação para tanto; **(3)** desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 29, Resolução nº 236/2016, CNJ). **(4)** o arrematante tem o prazo de 30 dias para a transferência do veículo (art. 233 do Código de Trânsito Brasileiro) que somente começará a fluir a partir do momento em que verificada a completa desoneração dos débitos e gravames que eventualmente incidam sobre o veículo até a data da arrematação.

INFORMAÇÕES GERAIS E INTIMAÇÕES: (1) caso a parte executada não seja encontrada para intimação pessoal da realização do leilão, fica intimada pelo mesmo edital (art. 889, CPC). Serão considerados cientificados pelo edital (art. 275, § 2º, CPC), eventuais interessados dispostos nos arts. 876, § 5º e 889, CPC, bem como intimados para exercerem o direito à adjudicação e à preferência, nos casos previstos em lei; (2) Havendo pedido de suspensão do leilão por parcelamento ou pagamento do débito exequendo, no período de 10 dias úteis que antecederem o leilão, a parte executada deverá pagar o equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do(s) bem(ns), a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro, garantido o mínimo de R\$ 500,00 e máximo de R\$ 10.000,00 (art. 884, parágrafo único, CPC); (3) Os licitantes ficam cientes de que serão observadas as seguintes condições: a) todas as pessoas físicas que estiverem na livre administração de seus bens e todas as pessoas jurídicas regularmente constituídas poderão participar do leilão, excetuando-se: (i) os incapazes; (ii) os tutores, os curadores, os testamenteiros, os administradores ou os liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; (iii) os mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; (iv) o Juiz atuante no feito, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, o escrivão e demais servidores e auxiliares da Justiça; (v) os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; (vi) os leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados; e (vii) os advogados de qualquer das partes (artigo 890 do CPC/2015); b) a venda será à vista, conforme disposições abaixo, não sendo aceito lance por preço vil; d) na hipótese de pagamentos não efetuados no ato do leilão, o(s) arrematante(s) faltoso(s) incorrerá(ão) nas penalidades da lei; c) é atribuição dos licitantes verificar, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica, o estado de conservação, situação de posse e especificações do(s) bem(ns) oferecido(s) no leilão, haja vista que serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia (art. 18 da Resolução 236/2016 do CNJ). O depositário está obrigado a mostrar o(s) bem(ns) a qualquer interessado no leilão, sob pena de fixação de multa diária. 4) O arrematante de veículo automotor receberá o bem livre de penhoras, multas, taxas de licenciamento e IPVA atrasados. A ordem de entrega será expedida somente após o pagamento do preço, da comissão do leiloeiro e das custas de arrematação, e determinará o cancelamento da penhora realizada neste processo, bem como de quaisquer outros ônus gravados no registro do veículo.

VENDA DIRETA: Fica autorizado o leiloeiro, nos 90 (noventa) dias que se sucederem ao segundo leilão, a proceder à venda direta do(s) bem(ns) não arrematado(s), nas



Disponibilizado no D.E.: 28/07/2026
Prazo do edital: 20/08/2026
Prazo de citação/intimação: 14/09/2026

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
2ª Vara Federal de Curitiba

mesmas condições observadas no segundo leilão.

CADASTRAMENTO PRÉVIO DE INTERESSADOS E CENTRAL DE ATENDIMENTO.

Os interessados em participar do leilão eletrônico deverão ofertar lances pela internet, por meio do site do leiloeiro oficial, mediante cadastramento prévio, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da hasta pública. Informações sobre os procedimentos, regras e requisitos de validade do certame poderão ser obtidas diretamente com o leiloeiro, através de seus canais de atendimento. Os lances online serão concretizados apenas no ato de sua captação pelo provedor/site do leiloeiro e não no ato de sua emissão pelo participante. Circunstâncias tais como variação na velocidade de transmissão de dados, falhas de comunicação etc. não poderão ser invocadas pelos licitantes. Somente serão considerados lances ofertados pela internet aqueles efetivamente recebidos antes do fechamento do lote/batida do martelo.

Endereço do Juízo: Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1742 - www.jfpr.jus.br - Email: prctb02@jfpr.jus.br.

E para que chegue o presente EDITAL ao conhecimento do(s) executado(s) e de terceiros interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância, será publicado na forma da lei.

Documento eletrônico assinado por **CLAUDIO ROBERTO DA SILVA, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://verificar.trf4.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **700020940172v2** e do código CRC **b9e952b9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): CLAUDIO ROBERTO DA SILVA
Data e Hora: 24/07/2026, às 14:53:57

5054966-29.2017.4.04.7000

700020940172.V2